



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1904849 - SP (2020/0293401-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**REQUERENTE : EVER TON FPS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**  
**REQUERENTE : EVERTON DISTRIBUIDORA COMERCIAL DE PECAS EIRELI**  
**REQUERENTE : EVERTON FPS DISTRIBUIDORA COMERCIAL DE PECAS LTDA**  
**REQUERENTE : FPS - INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA**  
**ADVOGADOS : VINICIUS FRANCISCO CORDEIRO GIFFONI - SP369647**  
**ODAIR DE MORAES JÚNIOR - SP200488**  
**CYBELLE GUEDES CAMPOS - SP246662**  
**REQUERIDO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO - SP098473**  
**RICARDO PENACHIN NETTO - SP031405**  
**INTERES. : BRASIL TRUSTEE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ADMINISTRADOR**  
**ADVOGADOS : FERNANDO POMPEU LUCAS - SP232622**  
**KELLY CRISTINA DA SILVA - SP366100**  
**FILIPPE MARQUES MANGERONA - SP268409**

### **DECISÃO**

Cuida-se de pedido de tutela provisória incidental formulado por EVER TON FPS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. E OUTROS para concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto.

Alega, em suma, que (fl. 308):

Dessa forma, considerando o iminente risco de perda de utilidade do Recurso ou, em outras palavras, a irreversibilidade da situação fática, provocada pelo v. Acórdão, que decidiu pela fixação do índice do TJSP em substituição do índice TR constante expressamente do plano de recuperação judicial, o qual foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral de Credores e homologação pelo juízo de origem, de modo que a fixação de novo índice poderá inviabilizar o cumprimento do plano e causar a quebra irreversível da empresa

O Superior Tribunal de Justiça analisou o pleito de efeito suspensivo realizado, decidindo no seguinte sentido (fls. 301-302):

[...]

Não se antevê, no presente juízo de cognição sumária, a presença concomitante dos requisitos necessários à concessão da tutela provisória.

Assinala-se que a concessão de efeito suspensivo a recurso especial e a agravo em recurso especial, bem como aos recursos interpostos internamente perante esta Corte, demanda a demonstração inequívoca do *periculum in mora*, evidenciado pela urgência da prestação jurisdicional a fim de evitar dano de difícil ou incerta reparação, e do *fumus boni iuris*, consistente na probabilidade do direito alegado, capaz de denotar a possibilidade de êxito do recurso especial.

Tal o quadro delineado, ao menos em juízo perfunctório, não obstante até possa se visualizar alguma plausibilidade do direito das recorrentes, revela-se inexistente o perigo na demora, pois as requerentes não trouxeram nenhum ato concreto que poderia vir a causar dano irreparável ou de difícil reparação, limitando-se a afirmar que a manutenção do acórdão a quo poderia vir a ensejar a convalidação da recuperação judicial em falência.

[...]

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na espécie, a parte requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, não tendo desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifique a atuação em regime de plantão.

Não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do recurso, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao Colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente